

AH, ESSE POVO DO MAR! UM ESTUDO SOBRE TRABALHO E PERTENCIMENTO NA PESCA ARTESANAL PERNAMBUCANA

Cristiano Wellington N. Ramalho

São Paulo: Polis; Campinas: Ceres-Unicamp, 2006

ANDREA CIACCHI

As idas à praia dos cientistas sociais, no Brasil, não têm sido tão freqüentes. Castro Faria (1997), aliás, resenhava, havia dez anos, uma produção intelectual sobre “pescadores e pescarias” que ele percebe subdividida em três fases, “não estritamente cronológicas”. É somente a terceira delas (mais antiga do que o mestre fluminense documentara, pois, na realidade, remonta no mínimo aos estudos de Gioconda Mussolini publicados ainda na primeira metade dos anos 40) que tem por fonte as instituições acadêmicas: faculdades de filosofia, cursos de geografia e ciências sociais, programas de pós-graduação em sociologia e antropologia.

Escarafunchar alteridades à beira do mar, de fato, parece ter sido preocupação menos recorrente, aqui, do que, por exemplo, se embrenhar pelas “veredas da questão agrária e pelos

enigmas do grande sertão” (GARCIA JR. e GRYNZPAN, 2002). Menos urgente na agenda intelectual nacional, o horizonte pesqueiro é, de fato, um território em que se cruzam, entretanto, olhares interdisciplinares e multifocais. Universidades e agências formuladoras e gestoras de políticas públicas já atentam, nestes primeiros anos do século novo, para questões que parecem demandar uma sintonia mais fina, por procederem de um conjunto tumultuoso de determinações: conservação de patrimônios (naturais e culturais: mutuamente subsumidos uns aos outros), impactos antrópicos sobre paisagens (também simultânea e alternadamente naturais e humanas) e territórios (turismos e ecoturismos, especulação imobiliária, demandas infra-estruturais do desenvolvimento nacional etc.),

estatutos, emergências e direitos de populações tradicionais, segurança alimentar e manejo de estoques pesqueiros, gestão costeira, sustentabilidades etc. Ao mesmo tempo, a investigação oceanográfica e mais latamente biológica (muitas vezes etnoecologicamente embasada) está-se juntando à partilha desse pescado e a ela está cabendo um quinhão rico e promissor.

É fato, contudo, que esse recentíssimo incremento quantitativo está ainda a merecer uma adequação qualitativa que, mais do que das contribuições individuais, somadas, deverá ser gerado pela ação conjunta de vários estilos de interdisciplinaridade e da convergência de equipes de distintas procedências epistemológicas; ou, então, pela adoção de um método e de um campo teórico que permitam a apreensão da totalidade que, à revelia dos olhares naturalizados sobre o mar, teima em navegar por essas águas.

Nesse sentido, a relevância do livro em tela aponta para duas direções opostas e oportunas, a serem destrinchadas mais adiante. Antes, vejamos o livro, ele próprio.

Versão em volume de uma dissertação de mestrado (defendida no programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFPE, em 2002), o texto de Cristiano Ramalho traduz uma pesquisa realizada em duas comunidades pesqueiras de Pernambuco: Itapissuma, no litoral norte do estado; e Suape, no litoral sul; ambas compreendidas, porém, na Região Metropolitana de Recife. A visada comparativa, aliás, entre a pesca estuarina (no “mar-de-dentro”) numa e a pesca oceânica (no “mar-de-fora”) noutra constitui um dos desafios metodológicos do autor e um dos seus trunfos finais.

Para o canal de Santa Cruz, local de pesca para as baiteiras dos de Itapissuma, e o mar mais alto aonde se dirigem os botes já motorizados dos pescadores da praia de Suape, dirigiram-se e concentram-se uma série de impactos negativos: degradação ambiental, em boa medida provocada pela proximidade invasiva de canaviais e usinas, ao norte; a construção do porto e a implantação mais recente de um grande pólo turístico, ao sul. Da observação desse quadro, surgem as duas relevantes

questões da pesquisa: “Como os pescadores artesanais respondem, por meio de suas práticas sociais, aos impactos impostos pelo desenvolvimento do capitalismo no universo da pesca, elaborando alternativas possíveis de sobrevivência? Como as lógicas de organização societária dos pescadores artesanais de Itapissuma e Suape assemelham-se quando estes elaboram mecanismos de reprodução social diante de novos contextos socioambientais?” (RAMALHO, 2006, p. 17). Vê-se, como disse, que o rendimento da opção comparativista é consistente. Rendimento maior ainda julgo ser o que provém da corajosa (dados os tempos) escolha do campo teórico e metodológico: o marxismo de Ramalho, argumentadamente baseado nas observações vigorosas de Lukács, dita os passos do que é essencial na mira do autor: *processo histórico e determinações de existência*. Assim (e aqui assenta a primeira dessas duas “direções opostas e oportunas” às quais me referia acima), embora menos anunciada programaticamente, é forte e significativa a presença de um clássico como *Os parcei-*

ros do rio Bonito, de Antonio Candido (1971), que se alimentara de semelhante inspiração. De fato, o pêndulo (e os tempos: pretérito e presente etnográficos, em suave alternância) oscila entre passado e presente das duas comunidades (assim como acontecia com os caipiras paulistas estudados pelo mestre), entre memória e testemunho do hoje, para dar conta de uma *totalidade* que, com sutileza, Ramalho reconstrói em termos de processos de trabalhos, pois “para entender a pesca artesanal é preciso percebê-la inserida numa trama complexa de conflitos e reorganização do seu campo produtivo que superam (e muito) o universo pesqueiro, posto que o mesmo é envolvido por uma teia de situações que operam fora da sua dinâmica produtiva, mas que o atingem profundamente, como desdobramento do impacto sobre o seu principal meio de produção, os recursos naturais aquáticos” (2006, p. 118). A centralidade da lógica do trabalho, assim, tanto na sua perspectiva historiográfica quanto na percepção e nas práticas contemporâneas, representa a âncora

dos pescadores pernambucanos e, ao mesmo tempo, da dialética subjacente a esse estudo.

Aqui, dizia, portanto, mora a oportuniíssima “inatualidade” do livro: mas o marxismo e a sua totalidade permitem que se obtenha um conhecimento nada trivial sobre esse universo.

Por outro lado, porém, essa aparente volta ao estilo e às epistemologias “anos 70” não embaraça a visada contemporânea do estudo, engendrada nos novíssimos arranjos societários de que o autor é observador e etnógrafo e, ao mesmo tempo, prescrita pelo arguto discernimento sociológico, por parte dele, do que está em jogo para essas populações, aqui, agora.

Entre outros exemplos, menciono o discreto referir-se de Ramalho ao entrelaçamento entre estrutura e agência, limpidamente restituído quando ele recorre a termos complexos como *criatividade, escolha, intencionalidade, resistência e autonomia*: descritores eficazes da situação atual desses pescadores.

A socioantropologia da pesca praticada nesse livro, em conclusão, parece-me da melhor qualidade. Sua aparência *démo-*

dé favorece uma reflexão que extrapola, por enquanto, esta resenha (mas haverá de ser retomada, cedo ou tarde): a eficiência do método, ao qual é estranho, a princípio, o movimento usual da “interdisciplinaridade”, repõe justamente complexidades e totalidade, como nem sempre se logra, aliás, através da simples adição de paradigmas, ou de campos, ou de profissionais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CANDIDO, Antonio. *Os parceiros do rio Bonito*. 2ª ed. São Paulo: Duas Cidades, 1971.

CASTRO FARIA, Luiz de. Pescadores e pescarias. In: LIMA, R. K. e PEREIRA, L. F. *Pescadores de Itaipu: meio ambiente, conflito e ritual no litoral do estado do Rio de Janeiro*. Niterói: Eduff, 1997, p. 21-28.

GARCIA Jr., Afrânio; GRYNZPAN, Mário. Veredas da questão agrária e os enigmas do grande sertão. In: MICELI, Sergio (Org.). *O que ler na ciência social brasileira 1970-2002*. São Paulo: Anpocs, 2002, v. IV, p. 311-348.